

O USO DE MAPAS MENTAIS NA DISCIPLINA DE DIREITO ADMINISTRATIVO I: INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM

XVI Encontro de Práticas Docentes

Fernanda Claudia Araujo da Silva

A partir da Teoria proposta por Tony Buzan (2019), realiza-se uma prática em sala de aula com a utilização de mapas mentais. Esse instrumento tem sido aplicado em diversos âmbitos, inclusive profissionais, em negócios, plateias e planejamentos pessoais, como instrumentos de memória, capacidade cognitiva e por que não na aprendizagem do Direito Administrativo? Os mapas mentais são considerados ferramentas para o processamento de informações, ajudando a orientação de fluxos, procedimentos administrativos e suas relações com diversos aspectos. Além disso, os mapas mentais capacitam os alunos a encontrar ante às diversas possibilidades de demandas jurídicas advindas da seara do Direito Administrativo, encontrar possíveis soluções. Durante a aplicação dos mapas mentais, o aluno para resolver um problema, centraliza-o em um espaço central (um diagrama) e a partir de então o ramifica a partir do centro e evolui em padrões associados a determinadas soluções que podem atender a problemática central. Esse instrumento faz o aluno pensar eficientemente, a partir de elementos propostos em suas mentes, inspirando e alimentando um raciocínio lógico dentro de seu intelecto, principalmente estimulando o aprendizado e principalmente fazendo com que tenham uma mente criativa. Além disso, os mapas mentais podem ser acessados e utilizados de diversas maneiras que refletem as técnicas e soluções encontradas pelos alunos, ou seja, feitos manualmente ou por meio de programas de computador. Seja como for, o aluno consegue acessar as múltiplas opções de soluções existentes no ordenamento jurídico, trazendo uma modalidade expansiva de pensamento.

Palavras-chave: Mapas mentais. Direito Administrativo. Aprendizagem.